

NOTICIABILIDADE E PODER: QUESTÕES FUNDAMENTAIS

Larissa Maria da Silva Brito
Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
lala19brito@hotmail.com

Iran Ferreira de Melo (professor orientador do TCC)
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
iranmelo@hotmail.com

RESUMO: A linguagem desempenha um papel central na disseminação de informações, conhecimento e ideias e a mídia tem uma função fundamental na transformação de eventos e situações do cotidiano em fatos noticiosos por meio do que chamamos de noticiabilidade. Este trabalho de conclusão de curso versa sobre tal tema, no contexto do jornalismo, a partir de referências dos estudos da Linguística (van Dijk, 1996b, 1996b; e Bonini, 2004) e da Comunicação (Melo, 1992, e Correia, 2009, 2011), numa perspectiva ensaística. O objetivo aqui é descortinar as faces da noticiabilidade por meio de questões fundamentais sobre esse assunto e sua relação com o poder, em diálogo com tais campos de conhecimento.

Palavras-chave: Discurso. Noticiabilidade. Poder. Jornal.

1. Introdução

Tem sido comum atribuir-se grande poder performativo às práticas de noticiabilidade de massa. Dentre elas, o **jornalismo** – mesmo sustentado pelo mito da imparcialidade – desponta como um dos principais exemplos que, em suas várias formas (impresso, digital, radiofônico, televisivo) e em suas inúmeras modalidades (cultural, esportivo, científico, investigativo, *hard news*), desempenha tarefa fundamental no agendamento social de temas que pautam o cotidiano e estimulam o diálogo coletivo sobre assuntos de várias ordens. Dentre essas práticas de noticiabilidade, podemos citar a representação de conflitos sociais, a manutenção ou subversão da ordem e do controle, a gestão da tensão e a continuidade de valores (Correia, 2011). Isso se refere às atividades de exercício do poder que podem ser materializadas por segmentos semióticos realizados em vários gêneros discursivos jornalísticos capazes de manobrar efeitos de sentido a depender dos interesses ideológicos de quem os produziu ou da instituição a que estão atrelados. Desse modo, tenho como objetivo, neste estudo,

focalizar algumas dimensões das práticas sociais e das instâncias para descrever esse processo de noticiabilidade.

Assim, como proposta de reflexão sobre o assunto, discuto introdutoriamente aqui, neste artigo teórico, o papel da imprensa no interior da rede de representação do gênero notícia de jornal (seja ele impresso ou digital). Para tanto, apresento duas seções, que consistem também em meus objetivos específicos, nas quais:

- (1) exponho a importância da imprensa como esfera sociodiscursiva da noticiabilidade com grande impacto no mundo contemporâneo;
- (2) abordo o gênero jornalístico notícia como uma relevante semiótica de noticiabilidade num mundo como o nosso, bem como destaco suas estruturas.

Na área dos estudos da linguagem, o fornecimento de uma compreensão mais profunda do discurso oferece uma base sólida para a exploração desses temas. Por isso, este trabalho de conclusão de curso se justifica por pelos seguintes motivos como: (1) pela importância da educação para a mídia (no mundo em que a informação flui muito constantemente, é relevante que profissionais da educação linguística – público-alvo deste artigo – preparem discentes para uma leitura crítica da mídia); (2) por entender que a noticiabilidade oferece uma oportunidade de desenvolver habilidades de interpretação textual e também de pensamento crítico, competências essenciais para a cidadania.

2. O jornalismo e suas estruturas de noticiabilidade: Poder, Controle e Acesso

No decorrer das últimas décadas, mais e mais cientistas das Humanidades (Magalhães, 2004; Seixas, 2006; Richardson, 2007) têm se debruçado criticamente sobre a função mediadora dos meios de comunicação de massa. Segundo tais profissionais, o exercício da democracia e atuação pública são fortemente esquadrihados por esse domínio social, sem o qual é impossível pensar o funcionamento das decisões políticas, de modo que mudanças na sociedade se manifestam com todas as tentativas, incompletudes e contradições nas práticas discursivas heterogêneas e variadas da mídia. Isso significa que os *mass media* tornaram-se um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que, servindo como um barômetro de transformação

social, operam na formação de identidades individuais e coletivas, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças.

Servindo a grupos políticos e econômicos bastante específicos, a **imprensa** – parte dessa mídia – se constitui numa rede de práticas sociais e num domínio de atividades discursivas que ditam severas regras de prestígio e poder social (Marcuschi, 2005), de forma que o acesso ao discurso do espaço do jornal é uma condição primária para a manutenção do consenso e, portanto, o meio mais efetivo de exercer poder e dominação.

Como principal expressão de legitimidade da mídia, o **jornalismo** se configura não só como um nó dessa rede de práticas maior, mas também como um conjunto de práticas particulares, cuja autonomia, dinâmica e complexidade lhe conferem a capacidade de produzir, legitimar ou transformar significados sociais, muitos deles em torno de temas caros para a sociedade, como democracia, participação popular, justiça social, entre outros. Ligado a isso, podemos dizer que o conjunto de práticas que compõem o jornalismo é o resultado de uma atividade produzida por seus usuários no seio de uma determinada conjuntura cultural, organizacional e social bem elaborada (Correia, 2009). Trata-se do resultado de técnicas e práticas profissionais específicas, baseadas em relações sociais de poder particulares que se organizam, segundo Teun van Dijk (1996a), a partir de contextos discursivos organizados pelas seguintes categorias: **Poder, Controle e Acesso**. E é esse conjunto de técnicas e práticas, que, no contexto da imprensa dominante, esse linguista chama de **noticiabilidade**.

Para ele, quem participa da categoria **Poder** são as *empresas responsáveis pelos diversos veículos de comunicação jornalística*, que têm por função tomar decisões para impor a sua ideologia ao público que consome os inúmeros produtos dessas empresas. Nessa conjuntura, emana um processo de subordinação que desencadeia uma hierarquia institucional entre os atores envolvidos numa instituição jornalística.

Já a categoria **Controle** é formada, de acordo com van Dijk (1996a), por *repórteres; profissionais responsáveis pela pauta; a redação e a edição*. A função das/os repórteres é atender às solicitações das pessoas responsáveis pela pauta e suas ações objetivam colher fatos noticiosos, selecionados de modo a cumprir os critérios postos pelo Poder. O papel da redação é o de transformar os dados coletados por/pela repórter

em dados textuais possíveis de publicação e executar tarefas como a elaboração de elementos contextualizadores, por exemplo o título e o intertítulo de uma reportagem. Cabe a essa/e profissional a apreciação crítica do que será publicado, levando em conta o uso prescritivo da linguagem escrita, a coerência textual e a aplicação de procedimentos técnicos do jornalismo. Além disso, a qualidade do trabalho de quem atua na redação é também avaliada pela capacidade de sugerir pautas e de executá-las. As redações dos textos a serem publicados (genericamente chamados de matérias, no jargão jornalístico) são revisadas pelo/a redator/a-chefe ou pelo/a editor/a, a fim de garantir que a ideologia do Poder esteja representada na opinião que envolve o fato jornalístico. Estes/as ocupam lugar de chefia e gerenciamento do trabalho exercido pela equipe de Controle em um determinado departamento do jornal; são, portanto, responsáveis por aspectos administrativos e operacionais em todas as etapas da produção e edição.

Por fim, a categoria **Acesso**, conforme van Dijk (1996a), agrupa os *atores da diagramação, ilustração e revisão*, profissionais que têm por função distribuir semioticamente as matérias nas páginas (impressas ou digitais) a serem publicadas, para que o público tenha acesso a elas. Segundo o autor, quem diagrama é aquela pessoa a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica dos textos escritos e das imagens na publicação; quem ilustra é aquela que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ilustrativos ou técnicos de caráter jornalístico, tais como infográficos e tabelas; já a profissional que chamamos de revisora fica responsável por averiguar as provas tipográficas da matéria jornalística, finalizando o trabalho de supervisão textual e técnica (no entanto, em muitas empresas de comunicação, essa função é feita por repórteres e pelo setor de edição).

Tais categorias hierárquicas de uma instituição jornalística estruturam, para van Dijk (1996a), o jogo de poder responsável por aquilo que obtemos como informação, pois são os atores que constituem essas categorias – imbuídos de valores e desejos, bem como posicionados por aparelhamentos ideológicos – que embalam as notícias, elaboram as opiniões e orientam os sentidos do que a população em geral consome como verdade sobre diversos acontecimentos. Tal jogo de poder instaura ideologias que operam por intermédio dos produtos semióticos resultantes de todo o processo jornalístico, o qual funciona como um instrumento de ação social que conquista

consenso e realiza construções simbólicas (Thompson, 1995), como apreciação, discriminação, repúdio, desejo, julgamento, entre outras reações sobre o que é apreendido nos meios de comunicação em geral.

O papel do Controle, nesse processo, é engendrar a ideologia do Poder na totalidade de práticas que o veículo jornalístico executa (captação de informações, sistematização de dados, produção de textos e revisão final), buscando naturalizá-la, para que atinja o status de senso comum. É na prática do Controle que as dimensões das formas e dos sentidos das práticas discursivas podem colaborar para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de poder (Fairclough, 2001). Em outros termos, o Controle – ou seja, o papel de repórter, redator e editor – no esforço de manter a ideologia do Poder, revela uma rede de práticas particulares capaz de manipular informações em favor de seus interesses. Nisso, os atores sociais que formam a categoria Acesso contribuem indivisivelmente com o objetivo de dar acabamento aos produtos materiais resultantes da demiurgia do Controle. O que significa que, no Acesso, estão os elementos que vão finalizar essa cadeia de produção ideológica e fazer chegar (naturalmente, com a ajuda da técnica de impressão e distribuição) o discurso sistematicamente elaborado para estabelecer o acesso (como o próprio nome da categoria pressupõe) do público à ideologia do Poder, que invariavelmente está presente nos textos publicados.

Situa-se aí nessa etapa a preocupação com a cor, o tamanho e a disposição do texto; se este recebe imagem ou se vem acompanhado com algum recurso ilustrativo (infográfico, mapa, ícones em geral); com a localização numa seção específica do jornal (caderno, página); o uso de determinada variedade linguística (adequação da linguagem para o público-alvo); entre outros recursos típicos do fechamento de uma matéria. Essas preocupações dão corpo a escolhas gramaticais responsáveis por configurações semióticas que ajudam na representação almejada pelo Poder. A seguir, apresento uma imagem ilustrativa da correlação intrincada, para o jornalismo, entre essas três esferas, Poder, Controle e Acesso.

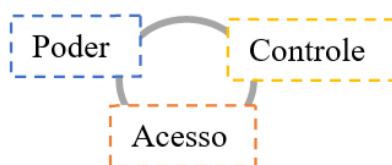


Figura 1: Relação intrínseca entre poder, controle e acesso

Fonte: elaboração própria

À disposição dessas práticas encontram-se atividades sociais que se realizam como ações semióticas produzidas para serem publicadas pelos variados veículos de comunicação que compõem a imprensa em geral e o trabalho de noticiabilidade. A essas atividades dá-se a denominação genérica de gêneros discursivos do jornalismo ou simplesmente gêneros jornalísticos. Vamos falar deles no tópico seguinte e ver como são a ponta de lança da noticiabilidade.

3. Gêneros jornalísticos e seu impacto na noticiabilidade

Hoje existem muitos **gêneros jornalísticos**, cada qual com seu formato, origem e aparato técnico. Diante disso, Bonini (2004) esboça uma indagação: O que pode ser considerado de fato um gênero discursivo jornalístico? Para responder, ele explica o seguinte. Gêneros de texto associam-se a atividades específicas ligadas a práticas particulares, as quais, na esfera jornalística, significam um conjunto de parâmetros de textualização que, em função do lugar onde se situa (jornal, telejornal, website jornalístico, entre outros espaços), estrutura um propósito comunicativo (noticiar, opinar, criticar, localizar) e, com relativa estabilidade e autonomia, responde aos seguintes critérios: (1) atender aos propósitos comunicativos do jornal, ou seja, relatar fatos e informações recentes interpretando-os ao desencadear processos opinativos; bem como (2) estar de acordo com a estruturação dos seus meios de veiculação (Bonini, 2004).

Os textos jornalísticos são uma fonte de informação sobre eventos atuais, questões sociais, esportes, economia etc. Mantêm o público informado sobre o que está acontecendo no mundo, isso permite que as pessoas tomem decisões em suas vidas cívicas e pessoais. O jornalismo desempenha um papel educacional também ao explicar questões complexas de maneira acessível. Ajuda a promover o letramento

mediático, ensinando ao público como interpretar e também avaliar informações que são apresentadas na mídia. Os gêneros textuais jornalísticos, por meio da noticiabilidade, conectam as pessoas com eventos globais e questões que podem afetar comunidades em todo mundo. Ademais, eles desempenham um papel fundamental na sociedade ao fornecer informações, promover a responsabilidade, influenciar a opinião e ter um papel crítico na manutenção de democracias saudáveis, na busca pela transparência e justiça. São essenciais para uma sociedade informada e participativa.

Tratar de gêneros jornalísticos é uma tarefa um tanto complexa, dado que estudos desse tipo na área da Comunicação são recentes e, de acordo com Bonini (2003), não definem claramente o que é um gênero jornalístico e qual a sua forma de constituição. Todavia, em geral entende-se, conforme Kindermann (2003), que historicamente a conhecida distinção entre as categorias de **jornalismo informativo** e **jornalismo opinativo** sugere uma saída para resolver o problema de categorização. Essa diferença surgiu, segundo Melo (1992), para classificar os gêneros discursivos jornalísticos sob duas vertentes, respectivamente o que ele chama de **reprodução do real** e **leitura do real**. Conforme esse autor, no primeiro caso tem-se a *observação da realidade e a descrição do que interessa à instituição jornalística* e, no segundo, *a opinião, a análise e a avaliação da realidade*.

Para Melo (1992), nesse sentido, o texto jornalístico assume duas modalidades: a **descrição dos fatos** e a **versão dos fatos**, sendo necessário estabelecer fronteiras respectivamente entre a descrição e a valoração do real. Entretanto, Chaparro (1998) ancorando-se numa perspectiva pragmática e sob uma visão que considera o sujeito enunciador, sua história e sua ideologia, faz uma releitura da concepção de Melo (1992) com base em dois posicionamentos críticos. O primeiro deles é o de que *o paradigma informação/opinião não serve mais (se é que já serviu) como critério para a tipificação das formas discursivas do jornal*, pois a atividade jornalística não se orienta guiada pelo critério da objetividade. Pelo contrário, para o autor, o fazer jornalístico está imerso em uma teia de processos e razões sociais, de modo que opinião e informação se imbricam e, evidentemente, “os juízos de valor estão lá, implícitos, nas intencionalidades das estratégias autorais, e

explícitos, nas falas (escolhidas) dos personagens, às vezes até nos títulos” (Chaparro, 1998, p. 114). O segundo posicionamento argumenta que *os gêneros estão atrelados a uma prática social complexa que envolve elementos ideológicos, mais do que a um critério de se posicionar alternadamente entre a neutralidade e o envolvimento.*

A partir dessas críticas, Chaparro (1998) recorre a vários/as teóricos/as da Literatura, da Linguística e da Comunicação e elege outras categorias para classificar os gêneros jornalísticos. Postula, então, que eles podem ser amplamente categorizados em **Gêneros do Relato** e **Gêneros do Comentário**, pois esses termos correspondem socialmente às duas principais ações jornalísticas: *relatar* e *comentar* a atualidade. Podemos caracterizar os Gêneros do Comentário como atividades semióticas que objetivam eminentemente persuadir o público-leitor com opiniões fundamentadas na ideologia do Poder ou assinadas por profissionais contratados pelas empresas jornalísticas para emitir pareceres ou comentários sobre assuntos de pertinência para a linha editorial do veículo. Para esses, Chaparro (1998) cita como exemplo: artigo de opinião, resenha, editorial, cartas, entre outros. Já os Gêneros do Relato são aqueles constituídos de forma predominantemente narrativo-expositiva e que servem fundamentalmente para cobrir acontecimentos sem o objetivo explícito de lançar opiniões de seus locutores ou da empresa jornalística. Dentre eles, o autor destaca entrevista, nota, reportagem e notícia.

Quanto ao gênero que Chaparro (1998) denomina de notícia – mola propulsora da noticiabilidade –, alguns estudos sobre linguagem jornalística (Lage, 2006; Rodrigues, 2007; Correia, 2009, 2011) o referem de duas maneiras: (1) **em sentido amplo**, isto é, *a tudo aquilo que um veículo jornalístico publica, aplicável às comunicações apresentadas periodicamente sobre o que possa ser considerada informação nova, atual e interessante para as pessoas* (quando falamos assim de notícia, englobamos os diversos gêneros discursivos do jornalismo informativo) e (2), ao contrário disso, **em sentido estrito ou técnico**, correspondendo a *um gênero discursivo autônomo dentre o conjunto dos gêneros jornalísticos informativos.*

Nessa segunda perspectiva, a notícia, conforme Lage (2006a), é o mais banal dos textos jornalísticos e compõe-se de um esquema canônico proposto pelo estadunidense Harold Lasswell (1978), que designa um texto noticioso do jornal com, no mínimo, os seguintes traços: predominantemente expositivo-narrativo,

caracterizado pela existência de título, subtítulo e de parágrafos iniciais onde se procura responder a sete questões consideradas fundamentais sobre o acontecimento noticiado (O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Para quê?), das quais as cinco primeiras devem ser respondidas no primeiro parágrafo e as duas últimas no segundo. Esses traços são estruturados por um método chamado **Pirâmide Invertida**, técnica de redação jornalística pela qual as informações mais importantes são dadas no início do texto e as demais, em hierarquização decrescente, vêm em seguida, de modo que as mais dispensáveis fiquem no final. Além disso, no desenvolvimento da notícia, alguns detalhes e explicações são acrescentados sobre o fato, sem necessariamente interferir na compreensão geral.

Por outro lado, segundo Fontcuberta (1993), a notícia não começa no momento de sua redação nem acaba no momento de sua recepção. Longe desse processo interativo, esse modo de materializar a informação é um autêntico sintoma social e a análise de sua produção arrola muitas pistas sobre o mundo que nos rodeia e ajuda-nos a questionar o que as pessoas estão fazendo discursivamente. Isso se torna potencialmente útil para discutirmos os propósitos das atividades sociais e o papel de governança da notícia, isto é, como ela ajuda a controlar discursos, funcionando na regulação das maneiras como as coisas são feitas. Esses propósitos são associados a redes de práticas especializadas no controle de outras práticas sociais, sendo comumente por meio delas que muitas instituições se comunicam com indivíduos e exercem poder sobre eles. As notícias, associadas aos meios de comunicação que integram o aparato de governança da mídia, podem regular e controlar os eventos noticiados e as maneiras como as pessoas reagem a esses eventos – que revela a externalidade da noticiabilidade no processo da imprensa descrito por van Dijk.

Desse modo, a noticiabilidade interna é aquela centrípeta e endógena da imprensa e a noticiabilidade externa ou externalizada é um movimento centrífugo e exógeno à imprensa. Neste segundo caso, tal fenômeno se realiza porque, mais do que informar a sociedade, esse gênero discursivo veicula enquadramentos, marcos interpretativos que participam da construção individual de um horizonte de referências culturais; está presente nos processos da construção da realidade social;

e institui novos saberes que estruturam a pauta da vida cotidiana, como já apontamos. Isso significa que inúmeras faces da vida social – a educação familiar e escolar, a atividade política, as estratégias de difusão de ideias e produtos, o acesso e a geração de conhecimento, os processos individuais ou coletivos de construção identitária, entre outras – são permeadas pela comunicação midiática da notícia, vista como elemento de estruturação e transformação dessas faces (Resende e Pereira, 2010).

Nesse sentido, como gêneros de governança, Lage (2006) afirma que a notícia não apresenta sempre os acontecimentos na mesma ordem em que ocorreram na realidade. O jornalista, após apurar um fato, recorta-o, exclui algumas circunstâncias temporais ou espaciais consideradas pouco relevantes e produz a notícia partindo do que julga mais importante. Com isso, podemos perceber a influência ideológica na escolha dos textos noticiosos; no enfoque dado aos mesmos; na importância que o veículo de comunicação atribui a determinados acontecimentos, através da seleção de temas, da recorrência em que eles aparecem, do lugar onde são publicados, sob que títulos ou chamadas são indicados; e também na escolha das estruturas retóricas, do léxico e dos mecanismos de representação.

Segundo van Dijk (1996b), não é uma tarefa das mais fáceis precisar o conceito de noticiabilidade; nenhuma definição será suficientemente satisfatória. Isso porque a própria noção de notícia como gênero é ambígua e ambivalente, tem um uso bastante extenso e não se refere apenas ao domínio do discurso jornalístico. O termo “notícia” é usado para designar distintos gêneros discursivos em diferentes domínios. Como lembra o autor, o conceito geral de notícia como “informação nova” aparece em falas cotidianas, a exemplo de “Tenho más notícias para você” ou “Quais são as últimas notícias de seu filho?”, noção que difere do conceito de notícia relacionado à mídia, que se verifica em “Você viu as notícias à noite?”. Esta, por sua vez, também apresenta ambiguidade, pois pode aludir a uma nova matéria ou às novas informações veiculadas em algum programa de TV.

A partir das observações desse linguista com o seu olhar sobre a noticiabilidade, a notícia não significa somente um gênero específico, mas uma atividade discursiva inserida no domínio jornalístico, isto é, uma ação – a de noticiar – que se realiza em diversos gêneros discursivos. Diante dessas questões, van Dijk

(1996b) afirma que a notícia relacionada à mídia pode apresentar os seguintes conceitos: 1. nova informação sobre fatos, objetos e pessoas; 2. um programa (de televisão ou de rádio, por exemplo) no qual se apresentam itens jornalísticos (sendo sinônimo de noticiário); 3. um item ou informe jornalístico, como, por exemplo, um texto do rádio, da televisão ou do jornal, no qual se oferece uma nova informação sobre acontecimentos recentes.

Diante do fato desses conceitos apresentarem ambiguidade e apontarem para um objeto extremamente amplo, o autor assinala a necessidade de restringir seu objeto de análise nos estudos que desenvolve. Por isso, esclarece que sua opção é pelo conceito apresentado no item 3, pois seu trabalho diz respeito à análise de textos responsáveis pela divulgação de notícias estritamente no domínio discursivo jornalístico. No entanto, van Dijk (1996b) desconsidera em sua análise as notícias veiculadas no rádio e na TV, concentrando-se na investigação do discurso jornalístico impresso veiculado nos jornais de circulação diária.

Considerações Finais

A análise dos fatos noticiosos e sua representação na mídia têm se tornado uma área de estudo cada vez mais relevante e também imprescindível no campo da Linguística. O crescimento da influência da imprensa no modo como a sociedade compreende o mundo que nos cerca é uma razão fundamental para se investigar como a linguagem desempenha um papel crítico na construção, disseminação e interpretação dos fatos noticiosos.

Tratar da notícia, para além de qualquer perspectiva e sob a luz da reflexão acerca da noticiabilidade, deve ser então um exercício que envolva pensar no Poder, no Controle e no Acesso como maneiras articuladas de criar o real de tratar dos fatos. Espero que este ensaio jogue luz a tal debate, sobretudo auxiliando pessoas que precisam dele para uma leitura crítica na Educação e em outros campos de construção do saber.

Referências

BONINI, A. Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Orgs.). **Gêneros textuais e referência**. Fortaleza: Grupo Prottexto, 2004. Cd- rom.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

CORREIA, J. C. **Teoria e crítica do discurso noticioso**. Notas sobre jornalismo e representações sociais. Labcom Books, 2009.

_____. **O admirável mundo das notícias**. Teorias e métodos. LabCom Books, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Maria Izabel Magalhães (Org.). Brasília: UNB, 2001.

FONTCUBERTA, M. **La noticia**: Pistas para percibir al mundo. Barcelona: Paidós, 1993.

KINDERMANN, C. A. **A reportagem jornalística no jornal do Brasil**: desvendando as variantes do gênero. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2003.

LAGE, N. A. **Estrutura da notícia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípios)

LASSWELL, H. D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. Tradução Cristina serra Duarte. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. 4 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978 [1948].

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raças em reportagens brasileiras. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, Tubarão: UNISUL, Número especial, p. 35-60, 2004.

MARCUSCHI, L. A. Apresentação. In: FALCONE, K. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Recife: EDUFPE, 2005. p. 11-14.

MELO, J. M. de. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

RESENDE, V.; PEREIRA, F. H. Práticas socioculturais e discurso: uma apresentação. In: _____. **Práticas socioculturais e discurso**. Debates transdisciplinares. (Orgs.) LabCom Books, 2010. p. 01-07

RICHARDSON, J. E. **Analysing newspapers**. An approach from critical discourse analysis. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. 2007.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; ROTH, D. M. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 154- 183.

SEIXAS, N. S. A. **Jornalismo e ironia**: produção de sentido em jornais impressos no Brasil. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, T. A. Discourse, power and access. In: Caldas-Coulthard, C.; Coulthard, M. (Orgs.) **Texts and Practices**: readings in critical discourse analysis. London; New York: Routledge, 1996a. p. 84-104

_____. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996b.